

# TJ amplia ações de segurança da informação

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais traz a segurança da informação para o centro das preocupações cotidianas. Através de análises, diagnósticos e medidas relacionadas à informática e ao dia-a-dia de seus funcionários, o TJ visa tornar o assunto mais difundido em todas as comarcas e setores da Justiça em Minas.

Páginas 6 e 7

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - MARÇO - 2009  
ANO 15 - NÚMERO 136

Institucional  
Encontros  
Administrativos  
Página 3



A partir desta edição, o *TJMG Informativo* passa a circular com tiragem reduzida, atendendo a sugestões recebidas pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), bem como à necessidade de redução de despesas e do consumo de papel. Serão 3 mil exemplares, distribuídos para todas as varas da 1ª Instância, desembargadores e setores do Tribunal de Justiça – antes, eram 20 mil. A economia anual será de 60%. Os magistrados e gerentes são responsáveis por fazer circular o jornal entre a equipe, para que todos tenham acesso às notícias da instituição. O *TJMG Informativo* está também disponível no Portal [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br).

# Encontro do CNJ: metas nacionais para a Justiça

Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos até o dia 31 de dezembro de 2005, em 1º e 2º graus ou tribunais superiores. Essa foi uma das metas anunciadas pelo ministro Gilmar Mendes, em encontro realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Belo Horizonte, no último dia 16 de fevereiro, reunindo líderes de tribunais de todo o Brasil. De 67 milhões de processos existentes na Justiça, o CNJ espera que entre 40 e 50 milhões sejam julgados neste ano, visando ao alcance da meta citada.

No total, foram aprovadas dez metas que deverão ser cumpridas pelos órgãos do Judiciário de todo o país até o final do ano: desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de cinco anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial; informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (*internet*); informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos; implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias; capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas

e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

E ainda: tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (*internet*), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça; cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud); implantar núcleo de controle interno; implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

O objetivo anunciado pelo CNJ é modernizar e aperfeiçoar o Judiciário, integrando as Justiças estadual, federal, do trabalho, eleitoral e militar, visando proporcionar maior celeridade na tramitação dos processos. A idéia central do planejamento, segundo o Conselho Nacional de Justiça, é fazer com que o Judiciário inteiro caminhe no mesmo sentido e fale uma linguagem única, resguardadas as particularidades de cada Justiça e observadas também as peculiaridades de cada região. Para se chegar a essa etapa do processo, nos últimos meses foram realizados 12 encontros regionais, ouvidos os líderes de

86 tribunais e 44 associações, o que resultou em 937 exemplos de boas práticas observadas nos tribunais de todo o país.

No encontro, foram destacadas questões como a importância da conciliação, do planejamento estratégico com adoção das modernas técnicas de gestão, intercâmbio de experiências bem-sucedidas, otimização de recursos, bem como a valorização da magistratura e da capacidade de gestão.

Trata-se de metas arrojadas. Do Judiciário de Minas, pode-se dizer que, há alguns anos, já começamos a adotar as modernas técnicas de gestão. Já temos traçados os três objetivos institucionais: agilizar a prestação jurisdicional da 1ª e da 2ª Instância; otimizar a gestão administrativa e econômico-financeira e fomentar ações e projetos de responsabilidade social e socioambiental.

No desdobramento desses grandes objetivos, foi traçada a meta de julgamento na 1ª Instância em três anos e, na 2ª Instância, em 90 dias, bem como a prioridade para julgamento dos processos anteriores a 2005/2006. Como se pode perceber, já há uma sintonia do TJMG com os grandes ideais de aperfeiçoamento do Judiciário.

## EXPEDIENTE

**Tribunal de Justiça do Estado de MG**

**Presidente:** Sérgio Antônio de Resende;

**1º Vice-Presidente:** Cláudio Costa;

**2º Vice-Presidente:** Reynaldo Ximenes Carneiro;

**3º Vice-Presidente:** Jarbas Ladeira;

**Corregedor-Geral:** Célio César Paduani;

**Superintendentes de Comunicação:**

Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos; **Secretário**

**Especial da Presidência:** Luiz Carlos

Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia

Simões; **Assessor de Comunicação**

**Institucional:** Ronaldo Ribeiro; **Gerente**

**de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Editoras e Jornalistas Responsáveis:**

Ione Bernadete Dias - RG n° 1929/MG e Patrícia Melillo - RG n° MG

04592/JP; **Revisão:** Patrícia Melillo;

**Design Gráfico:** Shirley Moraes e

Daniel Fantini; **Fotolito e Impressão:**

Lastro Editora Ltda.

**Ascom TJMG:** Rua Goiás, 253 - 1º

andar Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:**

31 3344-8039

**Ascom Fórum BH:** 31 3330-2123

**Tiragem:** 3 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## TJ empossa Doorgal Andrada

O magistrado Doorgal Gustavo Borges de Andrada tomou posse no dia 18 de fevereiro, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A solenidade, presidida pelo desembargador Sérgio Resende, foi realizada no auditório da Unidade Raja Gabaglia (avenida Raja Gabaglia, 1.753 - Pilotis - Belo Horizonte).

Rossana Sousa

## Encontros administrativos: primeiros frutos

O presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende (centro), vem promovendo encontros administrativos no interior do Estado

Rossana Souza

### Letícia Lima

Os assuntos debatidos no Encontro Administrativo, realizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no final de janeiro, em Ipatinga, já estão surtindo efeito. O juiz diretor do Foro da comarca de Timóteo, Ronaldo Batista de Almeida, disse que passou a fiscalizar mais o gasto com energia e correspondência. "Outro dia passei no hall e a luz estava acesa sem necessidade, então pedi que a apagassem. Também estamos fiscalizando mais o uso de Aviso de Recebimento (AR) nas cartas. Algumas vezes eram usados sem necessidade. Nas salas mais ventiladas, estamos estudando trocar o ar condicionado por ventilador de teto", relata.

A juíza da 1ª Vara Cível de Guanhães, Roberta Chaves Soares, comenta que já orientou os servidores sobre a economia de energia e água. "Para incentivar, lembro a eles que, se houver redução, a economia pode ser revertida em reforma do prédio", esclarece.

O juiz da comarca de Rio Piracicaba, Afrânio Nardy, comentou que a comarca já adotava a linha de redução de gastos. "O que fizemos foi reforçar o controle com ligações e correios", enfatiza. Ele disse que fez reuniões no Juizado e orientou juízes a utilizarem meios mais econômicos e rápidos para cumprir diligências. "Nos casos previstos em lei, pode-se intimar por telefone", recomenda. E

destaca que o encontro "possibilitou o intercâmbio". "Foi falado sobre trabalhar de forma integrada. Outro dia fizemos reunião com comarcas vizinhas para discutir a questão carcerária", aponta.

### Orientações

No encontro, foi apresentado o cenário orçamentário de 2009 e, além de serem analisados os problemas e fornecidas as orientações sobre a redução de gastos para o Tribunal de Justiça, foram colhidas sugestões para uma melhor prestação jurisdicional.

Foram apontados procedimentos geradores de economia, como a correta utilização de cada tipo de postagem e uso dos correios de forma racional; utilização de energia, alertando para o consumo fora do horário de trabalho, como ventiladores ligados sem alguém na sala; uso do telefone com o código DDD somente da contratada e para fins de serviço; incentivo do uso do correio eletrônico (e-mail); solicitação de locação (antes de propor o aluguel, avaliar se não é possível reorganizar o próprio espaço) e utilização de projetos inovadores que propiciem economia. Também foi demonstrado que esta gestão vai investir na formação

**P**ara o presidente do TJ, a ideia é que mais propostas surjam, se concretizem e se multipliquem, pois outros encontros vêm por aí

humana e fomentar projetos de responsabilidade social.

O presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, acredita que o encontro é uma forma eficaz para garantir um Judiciário melhor, "não na minha gestão", afirma, "mas no futuro". Ele acha importante o contato com juízes e escrivães. Para ele, "enviar uma carta solicitando metas não surte efeito".

### Exemplo

Talvez o exemplo da desembargadora Vanessa Verdolim, superintendente da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), e a proposta do presidente tenham estimulado o desenvolvimento dessas ações. A desembargadora contou que certo dia estava voltando de uma festa, já tarde da noite, quando viu uma luzinha acesa no prédio do TJ. "Quando olhei melhor, vi que vinha da minha secretaria. Como ninguém estava trabalhando naquele momento, deduzi que alguém a tinha esquecido acesa. Parei e pedi que a apagassem. Pode parecer nada, mas ao se evitar que esse gasto seja multiplicado, a economia gerada pode dar para investir em outra área", conta. O presidente reforçou: "Dependendo da economia, eu reformo um prédio".

Para o presidente, não importa o motivo, a ideia é que mais propostas surjam, se concretizem e se multipliquem, pois outros encontros vêm por aí.

O sistema de estenotipia está sendo testado na 2ª Vara de Tóxicos



O juiz Edison Feital inaugura o sistema que vai agilizar o trabalho

## Fórum de BH testa audiência gravada

Joubert Oliveira

Novidade nas audiências realizadas na 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte - até o final de março, elas passam a ser integralmente gravadas, substituindo a redução a termo, ou seja, o que as partes dizem, durante a audiência, deixa de ser digitado simultaneamente. No dia 17 de fevereiro, o juiz Edison Feital Leite inaugurou o sistema e, em pouco mais de uma hora, contando-se o tempo entre uma audiência e outra, realizou o trabalho que poderia ter lhe tomado quase toda a tarde.

A experiência está sendo possível porque a Portaria nº 691/2009 da Corregedoria-Geral de Justiça, publicada em 13 de fevereiro de 2009, introduziu, em caráter experimental, o sistema de estenotipia informatizada para registro fonográfico das audiências na comarca de Belo Horizonte.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, baseou-se na Lei Federal nº 11.689/2008, que determinou a modificação do artigo 475, do Código de Processo Penal, introduzindo o registro dos depoimentos e do interrogatório por meios ou recursos de gravação.

O sistema de gravação de audiência está previsto desde 2006, quando a Lei 11.419 acrescentou o parágrafo 2º ao artigo 154 do Código de Processo Civil, permitindo que os atos e termos do processo possam

“ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico”.

Com base no artigo 3º, do Código de Processo Penal, que autoriza à lei processual penal admitir “interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito”, o uso da estenotipia pode ser aplicado aos processos penais.

De acordo com a Portaria nº 691/2009 da Corregedoria, a 2ª Vara de Tóxicos da comarca de Belo Horizonte vai realizar audiências através do sistema de estenotipia até o dia 31 de março de 2009. O sistema será testado sem quaisquer custos para o TJMG, por meio da empresa Steno do Brasil, que tem experiência de 25 anos no país e já presta serviço para diversos órgãos públicos como o Senado Federal, o TRF de São Paulo, o TJ de Mato Grosso do Sul e o Ministério Público de Minas Gerais.

### Entenda a estenotipia

O sistema de estenotipia elimina a redução a termo. Foi instalado um programa no computador da sala de audiências da 2ª Vara de Tóxicos que, por meio de microfones, registra o áudio das audiências em arquivo digital, em formato mp3.

**O sistema agiliza as audiências, que passam a ter a velocidade da oralidade”**

Posteriormente, os arquivos criptografados, que não podem ser lidos sem a chave de codificação, são enviados à Steno, onde são transcritos e colocados à disposição do juiz. A partir desse momento, o magistrado pode acessá-los via *internet*, mediante senha, e juntam as transcrições ao processo dois dias depois da realização da audiência, um dia a menos do prazo estabelecido pela Portaria.

De acordo com o juiz Edison Feital Leite, o sistema agiliza as audiências, que passam a ter a velocidade da oralidade. Segundo ele, o sistema amplia a capacidade de realização de audiências pelos magistrados. A empresa que cedeu os equipamentos para a experiência garante que a capacidade de realização de audiências pelos juizes pode ser multiplicada em mais de 10 vezes, podendo chegar a 40 audiências por dia.

O juiz Edison Feital também destacou que, “com a gravação, os termos serão cópia fiel de tudo o que ocorreu na audiência de instrução”.

# Aposentar é preciso?

Daniilo Bayão e Marcos Xavier

Como é se deparar com a inatividade após uma vida inteira de trabalho? O que estão fazendo hoje servidores que dedicaram grande parte de suas vidas ao Judiciário mineiro?

O servidor aposentado Luiz Carlos Novais esbanja alegria, simpatia e, acima de tudo, sente saudades do TJ, onde trabalhou durante 20 anos, de 1981 a 2001. Aposentou-se em 2003, após sofrer um acidente que o deixou paraplégico. “Tinha no TJ uma família. Trabalhava de segunda a sábado. Cantava no Coral e jogava no time do TJ. Não gostava de tirar o abono do artigo 70, para não ficar longe do Tribunal”, relembra o servidor aposentado.

Hoje, ele mantém uma vida extremamente ativa e social. É presidente da Associação Cultura Samba 10, que agrega todas as escolas de samba de Belo Horizonte. É também presidente do conse-

**L**uiz sente saudades do TJ e se coloca à disposição para fazer qualquer trabalho voluntário para a instituição

Iho da Associação das Feiras Modelo (Asfem). Preside a Escola de Samba Bem-te-vi, do bairro Carlos Prates e é 2º secretário da Associação Canto da Siriema.

A escrivã da 2ª Câmara Cível, Sônia Soares Ribeiro Teixeira, trabalhou com Luiz naquele setor por cerca de três anos. “Ele animava o ambiente, vestia de Papai Noel no final do ano e distribuía presentes para todos. Era muito educado e gentil”, conta a

servidora. Ela disse que todos ficaram muito tristes com o acidente que ele sofreu, mas quando foram visitá-lo, ficaram alegres com sua superação e positividade.

Luiz sente saudades do TJ e se coloca à disposição para fazer qualquer trabalho voluntário para a instituição. Além disso, agradece aos amigos que foram muito importantes na hora em que ele necessitou.

## Dor muito grande

Roberto Pinheiro ingressou no Tribunal de Alçada em 1990, atuando no setor de Serviços Gerais. Após sua aposentadoria, ele retornou ao Judiciário em 2001, ao ser contratado para atuar como fotógrafo e operador de multimídia na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), onde permaneceu por cerca de dois anos. Hoje ele mantém sólidas amizades com colegas do extinto Tribunal de Alçada e do Tribunal de Justiça.

Roberto afirma que aposentar-se “causa uma dor muito grande”. Ele, uma pessoa produtiva e dinâmica, sentiu um forte impacto ao se deparar com um tempo livre que não sabia, no princípio, como preencher. Na sua opinião, os órgãos públicos deveriam preparar os servidores que estão prestes a se aposentar.

Otimista, hoje Roberto organiza seu tempo realizando coisas que julga úteis em sua vida, além de cuidar da saúde. Gosta de se manter atualizado e sempre participa de cursos. Atuante, continua cantando no Coral Elizabeth Figueiredo, que teve origem no extinto Tribunal de Alçada e com o qual chegou a fazer viagens a Cuba e ao Chile. Dedicou-se à fotografia, trabalhos manuais e ensaia, semanalmente, como percussionista do grupo musical *Azeviche*, composto também pelos funcionários Carlos Amorim e Paulo Queiroz, ambos do Tribunal de Justiça.

Roberto Pinheiro dedica-se à fotografia e à música



Em 2008, Luiz recebeu a comenda Dr. José Aparecido de Oliveira, da Câmara Municipal, por ter se destacado na área cultural

# Segurança da informação preocupação de todos

Rachel Barreto

Emprestar a senha para um colega, sair da sala com o computador ligado em seu usuário, comentar assuntos do trabalho em restaurantes ou no elevador, deixar documentos sigilosos em cima da mesa de trabalho.

Ações simples, presentes no cotidiano de muita gente, mas que podem ter consequências sérias para a instituição e para o próprio funcionário. Todas essas atitudes comprometem a segurança da informação, tema ainda pouco debatido no dia-a-dia da maioria das empresas e órgãos, públicos e privados.

## Consultoria

Tendo em vista essa lacuna, o TJ contratou a empresa de consultoria Módulo para desenvolver seu projeto de segurança da informação. A iniciativa surgiu da preocupação da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) e da Auditoria Interna (Audit) em avaliar e ampliar a segurança nos sistemas de informática,

mas tem objetivos muito mais amplos. “Foi uma ação preventiva, não havia problemas graves. A única deficiência que se observava era a falta de cultura e de preocupação mais intensas e sistematizadas com relação a esse assunto”, afirma o gerente Márcio Henrique Camargos d’Ávila, da Gerência de Sistemas Administrativos Informatizados (Gesad).

O primeiro passo foi realizar um diagnóstico da situação do Tribunal com relação à segurança da informação e análise de riscos. Dentre os pontos fortes, uma boa avaliação quanto aos sistemas de informática, considerados seguros. Dentre os pontos fracos, o baixo nível de conhecimento e de maturidade com relação ao assunto.

A segunda etapa do projeto consistiu em elaborar proposições de normas, manuais e planos de ação voltados ao tratamento de riscos, governança e segurança da informação no TJ. Esta etapa levou em conta os diagnósticos realizados, as leis,

normas e melhores práticas nacionais e internacionais pertinentes, e agregou a experiência da consultoria e de um grupo de trabalho de servidores do TJMG. Em especial, destaca-se a criação de um manual para implantação de um escritório de segurança da informação, um plano de gestão de continuidade de negócios, com foco nos *data-centers* de informática, e a proposição de um plano diretor de segurança e de uma política de segurança, envolvendo normas, diretrizes e procedimentos. “O que a Módulo fez foi tirar um retrato da situação da segurança da informação no Tribunal e nos preparar para começar a trilhar nosso próprio caminho”, afirma Cristiano Esteves Lopes, da Gesad.

A terceira e última etapa, que começa agora, é a conscientização, para que o assunto se torne mais difundido em todas as comarcas e setores da Justiça em Minas. “Temos duas grandes expectativas: colocar em prática as recomendações que a consultoria propôs e fazer com que o projeto ganhe mais abrangência no âmbito organizacional, não fique restrito à parte tecnológica”, afirma Márcio.

Para que os planos não fiquem só no papel, é necessário que todos se envolvam para criar a preocupação diária com a segurança. “Se todos se engajarem, o nível de segurança do Tribunal vai ser muito satisfatório”,

**P**ara que os planos não fiquem só no papel é necessário que todos se envolvam para criar a preocupação diária com a segurança. “Se todos se engajarem, o nível de segurança do Tribunal vai ser muito satisfatório”

acredita Mateus Cançado Assis, da Gesad. “Com pouco custo e com pouco trabalho é possível ter grandes ganhos”, completa Cristiano.

## Bons exemplos

Na Coordenação de Processamento da Folha de Pagamento (Copag), as informações sigilosas ficam sempre guardadas a chave, os usuários não trocam senhas e usam um picotador de papéis para descartar documentos importantes. “No setor, temos a cultura da segurança. Nunca tivemos problemas aqui, porque a gente tem essa preocupação”, afirma Sônia Maria Sampaio Leal Netto.

A segurança está presente também na Coordenação de Distribuição (Codistr). “Sempre





Os servidores Cristiano e Mateus, da Diretoria de Informática, destacam a importância da colaboração de todos para garantir a segurança da informação

reinício meu computador ou faço *logoff* toda vez que saio. Aqui, todas as pessoas fazem isso, justamente para não dar margem a problemas”, conta Fúlvio Antônio Lopes da Silva José. Os funcionários do setor trabalham diretamente com o Sistema Informatizado da 2ª Instância (Siap), e descuidos poderiam causar erros de informações nos processos em andamento na Justiça.

Porém, Fúlvio e Sônia concordam que muitas pessoas não estão atentas à questão da segurança no Tribunal. “Já ouvi falar em outros setores de problemas com senhas. Mas acho que quem tem a senha deve se responsabilizar por ela, deve ser zeloso com ela. Se você deixa a sua senha para uma outra pessoa qualquer, você está correndo risco, está sendo negligente”, acredita Fúlvio.

Nos elevadores, bancos, filas e lanchonetes, muitas vezes, Sônia ouve, por acaso, informações de setores do TJ que de-

veriam ser sigilosas. “Eu tenho 34 anos de Tribunal, então conheço tudo. Às vezes, meia palavra que se fala já basta... As pessoas não têm preocupação com isso”, afirma.

## Elo mais fraco

A equipe da Gesad ressalta que os investimentos em segurança acabam dependendo do comportamento dos usuários. “Não adianta o sistema pedir 10 senhas se você passar a senha para outra pessoa”, alerta Mateus.

E quais os principais erros que cometemos geralmente? “Eu resumiria em uma coisa: não perceber o devido valor que a informação tem para o seu trabalho e para a instituição”, responde Márcio. Dessa falta de percepção é que surgem os maus hábitos que colocam em risco as informações. “Há várias coisas que fazemos no nosso

cotidiano e que são graves, mas nós não percebemos a gravidade delas”, completa Cristiano.

Para Márcio, normalmente é mais fácil identificar problemas e propor soluções para as questões técnicas, que são mais simples de controlar do que as comportamentais. “A segurança é tão forte quanto seu elo mais fraco”, conclui Cristiano. Ou seja, de nada adianta ter um sistema seguro se as pessoas não o utilizam de forma adequada.



# Encontro aponta diretrizes para o Judiciário



Autoridades do Judiciário nacional debatem as estratégias e os desafios do Poder Judiciário para os próximos cinco anos

Ione Bernadete

Belo Horizonte sediou no dia 16 de fevereiro, o 2º Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e voltado para a discussão e aprovação das diretrizes estratégicas e os desafios do Poder Judiciário para os próximos cinco anos. O evento reuniu presidentes dos tribunais brasileiros, dentre outras autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo.

O início do encontro foi marcado pela assinatura de dois acordos de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Governo de Minas Gerais e o Judiciário de Minas. Acordos esses voltados para a difusão de projetos, iniciativas e boas práticas em matéria de execução penal, em especial, o fornecimento de apoio e de oportunidade de trabalho e renda para os apenados e ainda a concretização das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Sérgio Resende, expressou o orgulho de Minas

em sediar o Encontro. Também o governador de Minas, Aécio Neves, manifestou satisfação pelo fato de o estado ter sido escolhido para cenário de debate de tamanha relevância.

## Planejamento estratégico

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, proferiu a palestra "O planejamento estratégico nacional e os desafios do Judiciário", com a participação do juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Erivaldo Ribeiro dos Santos, e da juíza e conselheira do CNJ, Andréa Pachá.

O juiz Erivaldo Ribeiro falou sobre as deficiências do sistema carcerário brasileiro, destacando a superlotação, falta de assistência jurídica, falta de trabalho e ocupação, número desproporcional de presos provisórios, falta de capacitação profissional e educação nos presídios, ausência de separação de presos nos diferentes regimes e

paralisa da vara de execução penal como os principais problemas. O juiz apresentou também dados levantados pelos mutirões carcerários realizados nos estados do Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro e Pará.

A conselheira Andréa Pachá, integrante da Comissão de Acesso à Justiça, discorreu sobre as ações de aproximação e legitimação do Poder Judiciário, desenvolvidas pelo CNJ, como o Cadastro Nacional de Adoção, o Movimento Nacional pela Conciliação, a Efetividade da Lei Maria da Penha e o Mutirão Nacional pelo Registro Civil. Ela divulgou que, no próximo ano, a criança e a juventude vão ser prioridade em todo o País.

## Papel do Judiciário

"A Corregedoria Nacional de Justiça e a gestão estratégica do Poder Judiciário" foi o tema da palestra do corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp. Para o ministro, "estamos quebrando tabus, pois

ainda há resistência de alguns poucos e corporativismo de instituições que relutam em assumir o papel que lhes cabe diante da sociedade".

Gilson Dipp acredita que o CNJ talvez seja hoje o instrumento mais adequado de interlocução com os tribunais e acrescentou: "Quero que nos vejam como parceiros, com um plano de estratégias totalmente afinado com a realidade brasileira. Não há estratégia possível se essa não corresponder aos anseios do cidadão, do jurisdicionado".

## Gestão participativa

A participação dos magistrados no planejamento e na gestão estratégica do Poder Judiciário foi um dos temas discutidos no painel presidido pelo conselheiro Rui Stoco, do CNJ, com o engajamento da magistratura nacional.

O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Airton Mozart Valadares Pires, defendeu o diálogo e a harmonia entre as associações que congregam magistrados em todo o País, de forma a contribuir para a melhoria na atuação do Judiciário.

Já o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Fernando César Baptista de Matos, sugeriu que os órgãos que integram a Justiça trabalhem em sintonia, dando mais ênfase ao planejamento estratégico e à participação dos juizes.

No encerramento do Encontro, Gilmar Mendes divulgou as metas a serem alcançadas (v. página 2, Editorial). O ministro afirmou que, nas próximas semanas, terá início o debate para a elaboração de uma Resolução, onde serão estabelecidos os prazos para que as metas sejam alcançadas.

# Vocação para o trabalho

Lucas Loyola

Uma vida inteira dedicada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Se fosse um casamento, estaria completando as bodas de ouro. Com 50 anos de trabalho, provavelmente, Geraldo Haroldo de Paiva seja o servidor com mais tempo de serviço ainda na ativa. Mineiro de Carangola, veio para Belo Horizonte, incentivado pelo então ministro do Tribunal Federal de Recursos, atual Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Pereira de Paiva, e foi acolhido no Fórum Lafayette pelo escrivão da Vara de Execuções Criminais do 1º Tribunal do Júri, Paulo Coelho Lott, em 24 de janeiro de 1959. Em novembro do mesmo ano, foi aprovado no exame de suficiência (nome dado na época ao exame de admissão) e, em 16 de julho de 1960, foi nomeado pelo governador

Bias Fortes, para a Vara das Execuções Criminais, que tinha como juiz titular Agenor de Senna. Participou, como oficial de justiça, de julgamentos polêmicos que ganharam a mídia, nas décadas de 60 e 70. Integrou, também, a 13ª Vara Cível, desde sua criação, até ser designado oficial porteiro dos auditórios da 4ª Vara Cível. Quando foi implantada a Central de Mandados, em 1991, Paiva foi nomeado diretor do setor, e aí permaneceu por dez anos, até ser promovido assessor da Gerência de Orientação dos Serviços Judiciais Informatizados (Gescom) na Corregedoria-Geral de Justiça, onde participa dos processos de instalação de centrais de mandados no interior e, por vezes, preside comissão de processos administrativos.

**TJMG Informativo - Quais as principais mudanças percebidas entre o TJ de ontem e o de hoje?**

**GHP** - Uma das mudanças mais significantes foi a criação do Tribunal do Júri e da Vara de Execução Criminal. Depois veio a transformação da Vara da Fazenda em 13ª Vara Cível; a designação de oficial de justiça porteiro de auditório (aquele que ficava na porta dos auditórios fazendo as audiências); a informatização; as custas processuais sendo depositadas em bancos - antes, os juízes recebiam as custas processuais - e a instalação da Central de Mandados. Perdemos o ambiente familiar, onde todos se conheciam, mas ganhamos com a ampliação do espaço físico e com a informatização.

**TJMG Informativo - Como foi a instalação da Central de Mandados?**

**GHP** - A Central foi criada em 1991, a partir de estudos feitos no Rio Grande do Sul. Foram captados os oficiais de justiça, que na época trabalhavam nos cartórios, para trabalharem na C.M., que já executava seus expedientes de forma informatizada e distribuía os mandados de acordo com os protocolos expedidos. Permaneci lá por 10 anos chegando a coordenar o trabalho de, aproximadamente, 300 oficiais de justiça.

**TJMG Informativo - Que conselhos daria a quem está ingressando no TJ?**

**GHP** - Que vista a camisa do Poder Judiciário e trabalhe com dedicação, amor e honestidade. É importante saber defender a Instituição e aceitar os desafios com alegria e motivação.

**TJMG Informativo - Neste ano, quando completar 70 anos, virá a compulsória. E aí, a que pretende se dedicar?**

**GHP** - À família, minha esposa e meu filho, às viagens ao exterior - na Semana Santa mesmo já pretendo ir a Dubai - e, ao Cruzeiro Esporte Clube, planejo dar minha contribuição, na qualidade de assessor de Relações Institucionais.

Renata Mendes



Paiva: alegria e dedicação em prol da Justiça

# Ejef divulga informações técnicas do TJMG

Francis Rose

As decisões mais representativas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) ganham maior publicidade e chegam ao conhecimento da comunidade forense pela Coordenação de Publicação e Divulgação de Informação Técnica (Codit), subordinada à Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas (Gejur), pertencente à Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged), da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Regularmente, a equipe da Codit faz a seleção de acórdãos, que, autorizados pela Comissão de Jurisprudência do Tribunal, são divulgados diariamente no Diário do Judiciário eletrônico (DJe) e na revista Jurisprudência Mineira.

“A Ejef tem se empenhado em disseminar o pensamento jurídico do Tribunal, com publicações como a revista Jurisprudência Mineira. Esse empenho se reflete também na divulgação de

trabalhos técnico-jurídicos de interesse de todos os operadores do Direito. O objetivo é fornecer informação especializada, de forma a contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional”, explica o superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro.

## Revista

A revista trimestral Jurisprudência Mineira foi criada em 1950. Além das decisões do Tribunal, divulga acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). “A revista é impressa e fica disponível também para consulta no *site* da Ejef”, explica Rosane Brandão Bastos Sales, gerente da Gejur. Já a coordenadora da Codit, Lúcia Maria de Oliveira Mudrik, aponta que a meta da Coordenação é que, além da Comissão de Jurisprudência, os

próprios desembargadores encaminhem as suas decisões mais relevantes para divulgação.

## Artigos

A fim de estimular a reflexão sobre temas atuais, a Codit publica artigos jurídicos. Depois de avaliados por um comitê técnico, os artigos ficam disponíveis para consulta na página da Ejef, onde a Codit também registra o conteúdo de palestras jurídicas. Já a divulgação diária da jurisprudência, que é compilada nos ementários trimestrais e anual no Diário do Judiciário eletrônico (DJe), fornece uma radiografia do pensamento jurídico do TJMG.

Este ano, a Coordenação desenvolve projetos como a consultoria em língua portuguesa, a produção de um boletim e o banco de constitucionalidade. Na consultoria, os revisores da Codit sanarão, por e-mail, as dúvidas

de língua portuguesa relacionadas ao trabalho no Tribunal. “O boletim vai destacar os erros linguísticos mais comuns nas publicações do TJMG e apontar possíveis soluções”, explica Lúcia. Já o banco de constitucionalidade será um arquivo contendo as decisões constitucionais da Corte Superior. “Tendo como base textual as Constituições Estadual e Federal, o banco vai facilitar a localização desse tipo de jurisprudência no TJ”, afirma Rosane.

Quem quiser outras informações sobre o trabalho da Codit pode acessar a página [www.ejef.tjmg.jus.br](http://www.ejef.tjmg.jus.br), no link Publicações, ou fazer contato pelo telefone (31) 3247-8766.

**A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes tem se empenhado em disseminar o pensamento jurídico do Tribunal”**

Equipe da Codit trabalha na seleção e revisão de acórdãos que serão divulgados à comunidade forense

Renata Mendes



# Registro civil: primeiro passo para o exercício da cidadania



Ione Bernadete

“Caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento.” Admissível nos versos da música de Caetano Veloso, andar sem documentos é triste realidade que atinge milhares e milhares de brasileiros. Legalmente, eles não existem por falta do registro civil de nascimento, o que os impede de portar o documento de identidade. Essas pessoas, de acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, engrossam o contingente de brasileiros em situação de exclusão total.

O registro civil nos cartórios é essencial para o exercício da cidadania. Com o registro e a certidão de nascimento, as pessoas passam a ser reconhecidas socialmente e, entre outros benefícios, podem receber vacinas, matricular-se em escolas e retirar outros documentos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002, contabilizaram um total de mais 800 mil crianças que deixaram de ser registradas no prazo legal, a maioria oriunda de lares em situação de total pobreza e analfabetismo.

Preocupado com os números, e atendendo à disposição legal, o Governo Federal propôs, no final do ano passado, um plano nacional que estabeleceu um conjunto de ações articuladas para garantir o registro civil de nascimento e a emissão da respectiva certidão a todos os brasileiros. A medida culminou com o Mês Nacional de Mobilização

pelo Registro de Nascimento, em novembro do ano passado.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conclamou todos os tribunais do País a participarem do mutirão para erradicar a ocorrência de pessoas sem registro de nascimento no Brasil. Em Minas Gerais, a adesão foi total, com o envolvimento de juizes e cartórios de registro civil.

## Campanha

Segundo o juiz da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte, Fernando Humberto dos Santos, a divulgação da campanha aumentou a demanda.

“Em Minas, a mobilização da comunidade vem sendo realizada há pelo menos oito anos. É um trabalho permanente e, muitas vezes, os cartórios fazem mutirão no interior, em locais distantes, de difícil acesso”, relata o juiz. E continua: “Muitas vezes, não se mede a dimensão do trabalho pela quantidade de pessoas alcançadas. O número de registros e documentos costuma ser pequeno, porque a maioria da população já foi atingida pelo trabalho realizado.”

Fernando Humberto acredita à melhoria da ação social dos governos (especialmente do Governo Federal), junto à população carente, a elevada procura pelo registro civil logo após o nascimento. “Por volta do ano

2000, aumentou o número de serviços públicos colocados à disposição da população. E as pessoas de baixa renda, para serem beneficiadas, descobriram a necessidade de possuir o documento de identidade, impossível de se conseguir sem o registro civil”, explica o magistrado.

O grande alcance das campanhas, como a do final do ano passado, segundo o juiz Fernando dos Santos, é o registro tardio, desburocratizado pela entrada em vigor da Lei nº 11.790, de 02/10/2008. Sem multas e custos, as pessoas com mais de 12 anos de idade podem se dirigir diretamente aos cartórios de Registro Civil, levando duas testemunhas que as conheçam há algum tempo. Sem demanda judicial, ou seja, sem necessidade de requerer ao juiz, o cartório lavra o registro e fornece uma cópia da certidão de nascimento.

**O** s Cartórios de Registro Civil de Minas Gerais, que já se achavam empenhados antes mesmo da campanha, continuam mobilizados e se esforçando para erradicar por completo a ausência do registro civil

## Poemas invadem o Fórum de BH na 2ª Semana da Poesia

Rosana Maria

O Espaço Cultural Fórum Lafayette iniciou os eventos de 2009 com poesia. De 16 a 20 de março, poemas de servidores foram expostos nos corredores do Fórum. O evento foi a segunda edição da *Semana da Poesia*, em homenagem ao Dia Nacional da Poesia, comemorado em 14 de março.

A 1ª *Semana da Poesia* foi realizada em março de 2008 e os 20 trabalhos finalistas, selecionados dentre os mais de 100 apresentados, além de expostos no hall de entrada do Fórum, foram publicados em cartilha especial.

Neste ano, o formato foi outro: os poemas foram espalhados pelos corredores, alguns escritos em quadros-negros e outros fixados em "varal poético".

A 2ª *Semana da Poesia* integrou o projeto *Talento Forense*, uma realização da Assessoria de Comunicação Institucional – Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte.



## Cineclube TJ apresenta Glória feita de sangue

Rachel Barreto

Durante a 1ª Guerra Mundial, generais do exército francês ordenam um ataque impossível contra tropas alemãs. Protegidos em confortável castelo, não veem os efeitos trágicos do ataque, que dizima grande parte da 701ª Companhia. Apesar da tentativa heróica, a tropa fracassa e os soldados que sobrevivem são considerados covardes, pois não conseguiram vencer e não tentaram até a morte. Assim, os generais decidem fuzilar alguns de seus próprios homens, para servir de exemplo e infundir coragem aos demais soldados. Frente ao absurdo da condenação, o comandante das tropas, coronel Dax (Kirk Douglas), decide defender seus homens frente à Corte Marcial.

O filme *Glória feita de sangue* (1957), de Stanley Kubrick, usa a guerra como base para discutir a justiça, aquilo que é direito e justo. Apanhados em meio a uma disputa de poder, Dax e seus homens são usados pelos superiores e depois descartados, em um pro-

cesso judicial sumário.

O personagem de Kirk Douglas enfatiza os valores humanos, a coragem, a honra e o bom senso, perdidos em meio ao absurdo da guerra. Questiona as ordens sem sentido, absurdas e inviáveis, desmascarando interesses escusos. Sob esse ponto de vista, seus soldados não foram covardes, mas bravos combatentes, que lutaram ao máximo numa batalha que já estava perdida desde o princípio.

*Glória feita de sangue* foi o quarto longa-metragem dirigido pelo cineasta norte-americano Stanley Kubrick. O cineasta voltaria ao tema da guerra outras vezes em sua carreira, como em *Dr. Fantástico* (1964) e *Nascido para matar* (1987), sempre com uma postura antibélica.

O Cineclube TJ exhibe *Glória feita de Sangue*, no dia 26 de março, às 19 horas, no auditório do Anexo II – rua Goiás, 253 – Centro. A entrada é franca.

## CLICK DO LEITOR

Luiz Mauro de Rezende

Carmo do Paranaíba, localizada no Alto Paranaíba, é um lugar de gente trabalhadora e hospitaleira. Sua altitude, por volta de 1.100 m, proporciona um clima ameno durante o ano inteiro. Sua economia está baseada na agropecuária (principalmente café de alta qualidade e bom gado de leite) e na prestação de serviços. Também é rica em belas paisagens, como este por-do-sol de agosto.

Luiz Mauro de Rezende - oficial de apoio judicial / Carmo do Paranaíba

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

 TJMG

Impresso Especial

7312594204 - DR/MG

TJMG  
CORREIOS

IMPRESSO